

ECONOMIA

ALÉM DA NOTÍCIA

Renegociação em 1984

Agora que terminou a grande batalha para a renegociação da dívida externa brasileira neste final de ano e em 1984 e que, aos tranços e barrancos, acabamos por nos acertar com o Fundo Monetário Internacional — FMI — que flexibilizou sua ortodoxia, cansado de fazer e refazer as famosas Cartas de Intenções apropriadamente cunhadas pela sabedoria popular de cartas de segundas intenções, cumpre-nos repousar um pouco e dentro de alguns meses, já no segundo trimestre do próximo ano, voltar à mesa de negociações para dar seguimento à discussão em torno das necessidades do segundo semestre de 1984 e de 1985.

Por esta época — maio/julho de 1984 — a sucessão presidencial deverá ter sido definida, com a escolha do processo eletivo e do candidato tido como capaz de reunir as preferências do eleitorado, seja pelo sistema da eleição direta, seja pela indireta, o que deverá facilitar a montagem de um acordo de mais longo prazo, capaz de cobrir um período de quatro a cinco anos.

Essa estratégia é absolutamente essencial para que o País possa programar, com um mínimo de tranquilidade, a sua recuperação econômica, sem a preocupação do curtíssimo prazo, da humilhação dos atrasados e descobertos internacionais e da situação de iliquidez externa, que tanto têm nos marcado desde o final do ano passado. Os próprios agentes econômicos — desde as grandes corporações até as pequenas e médias empresas e mesmo as pessoas — precisam ter alguma segurança quanto ao futuro imediato, sem a qual não se arriscarão a investir ou a poupar e consumir.

Um programa que considere a renegociação da dívida externa brasileira no período 1985/89, justamente aquele em que os compromissos com juros e amortizações são especialmente elevados, dará ao sucessor do presidente Figueiredo uma base de tranquilidade para projetar a retomada do crescimento da economia, fator importante para que o País possa reunir condições para saldar seus compromissos externos.

Essa negociação terá de ser fundamentalmente política, e nossos credores terão de aceitar como irreversível a inclusão dos juros no esquema de reescalonamento, sem o que dificilmente o Brasil terá condições de assumir compromissos tão pesados em comparação com as suas disponibilidades. Evidentemente, sob a égide de um novo Governo, será mais fácil aos próprios banqueiros sentar para negociar algo mais amplo e mais flexível, pois o compromisso será assumido com quem estará à testa da administração pelos próximos cinco ou seis anos. Naturalmente, a efetivação desse propósito muito dependerá da inteligência, desambição e cooperação da classe política, no sentido de, sem abdicar da disputa democrática, definir sem maiores traumas os rumos da sucessão presidencial.